

Ata da 12ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2025.

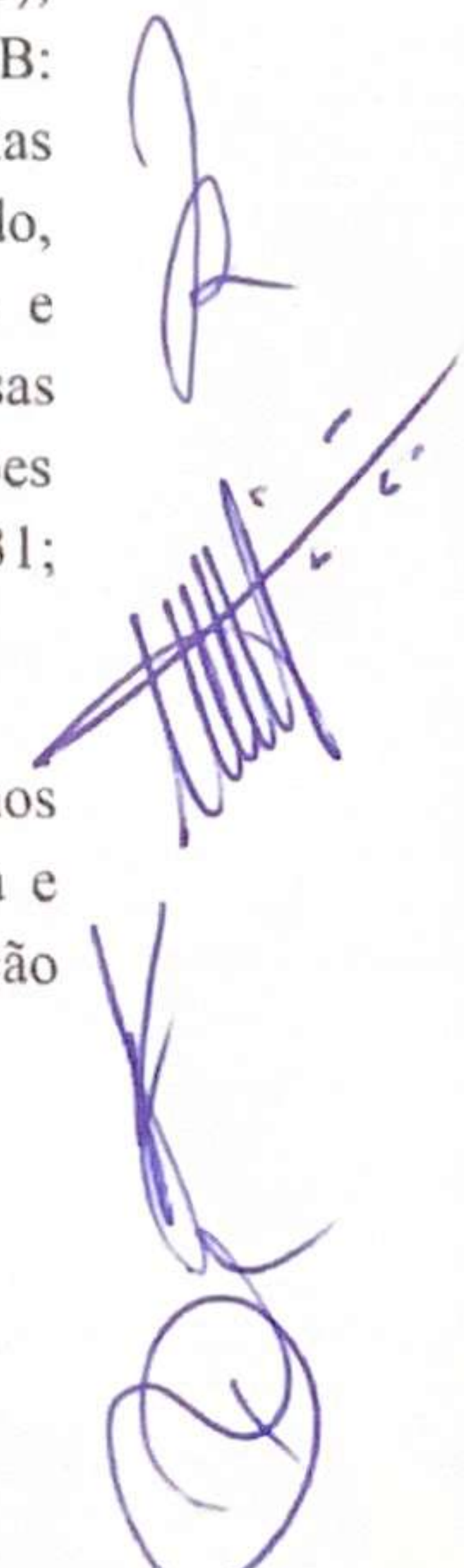
No dia 16 de dezembro de 2025 reuniram-se, às 14h30min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Eugenio Mozart, presidente do Conselho Fiscal, Daniel Vieira Diretor-Presidente do IPREM e a Diretora de Finanças Evelyn de Sousa Faria. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) **Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 2) **Apresentação das Receitas e Despesas de novembro/2025;**
- 3) **Apresentação do cenário econômico;**
- 4) **Movimentação de recursos dos fundos do IPREM;**

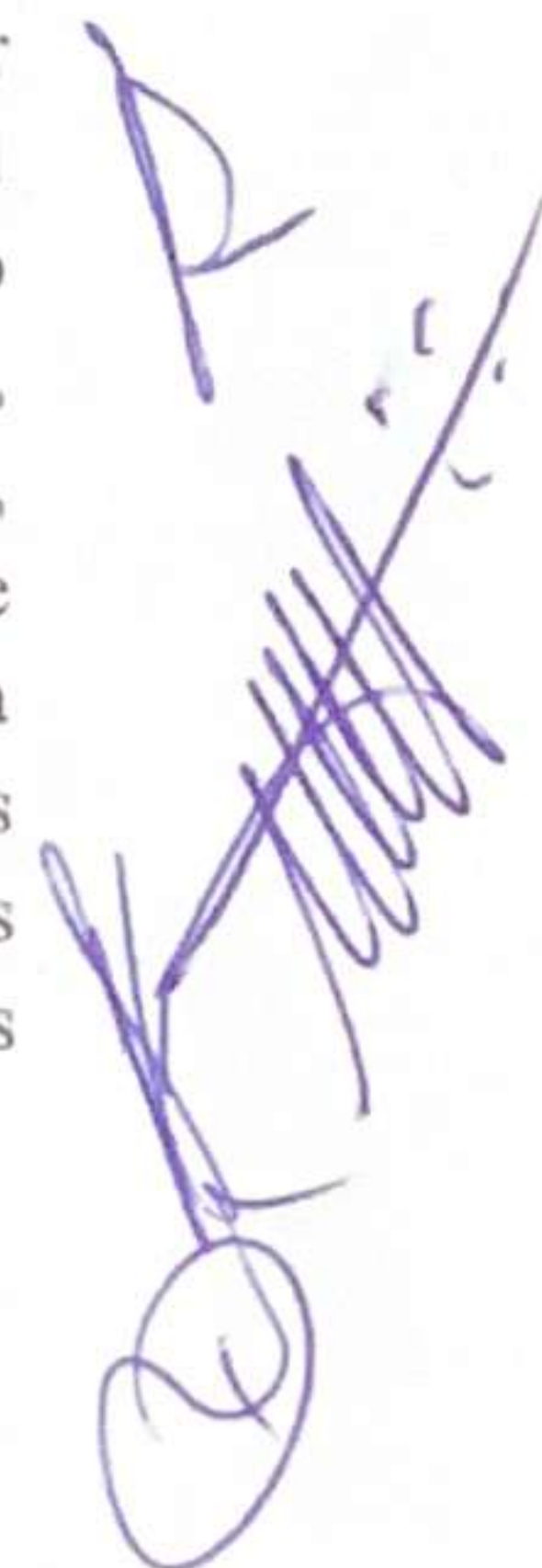
Quanto ao item 1: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a novembro. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal positiva de R\$ 6.761.066,94, no percentual de 1,4%. A rentabilidade acumulada no ano é de R\$ 59.970.247,81, equivalente ao percentual de 13,79%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 111.872,77, representando o percentual de -0,4%. A rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 13.974.682,86, no percentual de -32,53%. Na **carteira total**, no mês, o resultado positivo foi de R\$ 6.649.194,17, equivalente ao percentual de 1,3%. A rentabilidade anual é de R\$ 45.988.368,92, equivalente ao percentual de 9,61%, ficando 8,71% em relação à meta atuarial para o período, que foi de IPCA + 5,04%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 2: A Diretora de Contabilidade Interina encaminhou as informações referentes às Receitas e Despesas providenciárias de novembro de 2025, que foram apresentadas conforme segue: Na competência 11/2025 podemos analisar o relatório de demonstrativo das receitas, onde as receitas totais previdenciárias somaram R\$14.382.531,06, sendo os componentes: contribuições PMPA: R\$6.361.688,63 (18000001111); contribuições CMPA: R\$320.913,60 (18000001121); contribuições IPREM: R\$60.086,67 (18000001111); COMPREV: R\$235.252,64 (18000000000); Aluguel de Terreno: R\$15.180,00 (18000000000); Contribuição Inativos: R\$46.146,53, sendo, R\$33.648,79 (18000001111) e R\$12.497,74 (18000001121); Contribuição Pensionistas: R\$283,77 (18000001111); LSV + Parcelamento LSV: R\$4.461,79 (18000000000); Operacionalização do pagamento da folha: R\$2.856.632,37 (15010000000) e Recebimento cupom NTN-B: R\$4.481.885,06. E conforme o relatório de consolidação geral da despesa, as despesas totais previdenciárias atingiram o montante de R\$7.973.859,94, com destaque para: Aposentadorias: R\$7.206.226,39, sendo, R\$7.030.712,74 (18000001111) e R\$175.513,65 (18000001121); Pensões: R\$767.562,82 (18000001111) e COMPREV: R\$70,73 (18000000000). Não houveram despesas com Pasep fonte previdenciária, nem despesas com sentenças judiciais. Podemos chegar a conclusão que no mês 11/2025 ocorreu um déficit nas contribuições frente aos benefícios, e um superávit no total geral: Receita de Contribuições – Benefícios : -R\$1.231.100,31; Receitas – Despesas : 3.552.038,75 (sem receita venda da folha).

Quanto ao item 3: De acordo com a análise da Caixa em seu boletim mensal, nos Estados Unidos, acreditamos que a atividade econômica seguirá resiliente ao longo do próximo ano, ainda sob influência da robusta e surpreendente expansão do consumo das famílias e das empresas nos trimestres subsequentes à implementação



das tarifas de importação. O mercado de trabalho seguirá como ponto de atenção, após um período marcado pela deterioração simultânea tanto da oferta quanto da demanda por mão de obra. Apesar da visão de um enfraquecimento do mercado de trabalho ter motivado a retomada do ciclo de flexibilização monetária por parte do Federal Reserve (FED), esperamos que a taxa de desemprego se mantenha próxima ao patamar que não acelera a inflação ao longo de 2026. Nesse sentido, projetamos que a taxa de desemprego atingirá 4,3% ao final de 2025 e se elevará marginalmente para 4,4% em 2026, permanecendo próxima desse nível até o fim de 2027. Continuamos esperando que a economia americana mostre uma desaceleração estrutural no crescimento econômico, no entanto, o forte ritmo de atividade observado a partir do 2º trimestre de 2025 aumenta a incerteza em relação a essa hipótese. Assim, devido ao forte carregamento estatístico, a expansão média do PIB deverá alcançar 2,5% em 2026, enquanto em 2027, a expectativa é de 2,2%. Dada a perspectiva de crescimento ainda robusto no curto prazo e de riscos de continuidade do repasse do aumento das tarifas comerciais para os preços, acreditamos que a inflação seguirá persistente. Para 2025, esperamos que o índice de preços ao consumidor (CPI) avance 3,1%, enquanto o núcleo do CPI, que exclui preços de energia e alimentos, varie 3,0%. Para 2026 e 2027, acreditamos que CPI avançará 3,3% e 3,0%, respectivamente, enquanto o seu núcleo deverá alcançar 2,6% e 2,4%. Em relação à condução da política monetária, nossa expectativa é de que o Federal Open Market Committee (FOMC) interrompa o processo de flexibilização já no 1º trimestre de 2026, mantendo a taxa básica de juros em um patamar moderadamente restritivo ao longo de todo o ano. Assim, em nosso cenário, assumimos que a Fed Funds Rate (FFR) será reduzida para 3,75% a.a. em seu limite superior até o fim de 2025 e para 3,50% a.a. em 2026, com uma redução de 0,25 p.p. apenas na última reunião do ano. Em 2027 esperamos mais um corte de mesma magnitude, fazendo com que a FFR atinja 3,25% a.a. Os riscos seguem no sentido de uma interrupção antecipada do ciclo de flexibilização, mantendo a taxa de juros em nível mais elevado que o contemplado em nosso cenário base. No âmbito político, serão disputadas as eleições de meio de mandato (midterm elections), que colocarão em disputa o controle da House of Representatives e do Senado. Com a vitória nas eleições locais em 2025, aumentaram as chances de o Partido Democrata retomar o controle da House, enquanto o controle do Senado tende a permanecer com o Partido Republicano. Em suma, reconhecemos que a incerteza seguirá elevada ao longo dos próximos anos, em um contexto que deverá ser marcado por um mercado de trabalho mais equilibrado, por uma maior persistência do núcleo da inflação e por grandes incertezas com relação à condução da política econômica de forma mais ampla. Nesse ambiente, espera-se que a FFR se mantenha em patamar restritivo até o início de 2027, quando passará gradualmente para um nível compatível com o neutro, diante convergência lenta da inflação em direção à meta em um quadro de perspectivas mais moderadas para o crescimento, mesmo que isso não signifique uma inflexão relevante do ciclo econômico. Na Zona do Euro, o cenário deverá ser marcado por estabilidade, com um período prolongado de crescimento relativamente baixo e de inflação controlada, em níveis compatíveis com a meta do Banco Central Europeu (BCE). Mesmo com a perspectiva positiva decorrente da manutenção de um mercado de trabalho robusto e do aumento relevante dos gastos fiscais em infraestrutura e defesa na Alemanha, ambos oferecendo sustentação ao consumo privado, incertezas permanentes decorrentes das questões tarifárias, geopolítica e da Guerra da Ucrânia, poderão minar a confiança dos consumidores, resultando em um vetor negativo para o crescimento econômico. Nesse contexto e na ausência de novos choques, espera-se que a inflação se mantenha estável, mesmo que no curto prazo ainda persistam eventuais pressões de preços no setor de serviços, influenciados pelo mercado de trabalho que se mantém com taxa de desemprego em nível historicamente baixo. Assim, ainda que no médio prazo continuemos vislumbrando um cenário de crescimento moderado e inflação controlada, permitindo a manutenção prolongada da neutralidade da política monetária, com o BCE mantendo as taxas de juros diretoras no patamar atual ao longo de todo o horizonte relevante, aparentemente os riscos se mostram viesados na direção de uma inflação mais baixa. Apesar da autoridade monetária já esperar uma inflação ligeiramente abaixo do seu objetivo de médio prazo de 2,0% em 2026, a variação dos preços pode ser ainda menor no próximo ano, uma vez que ainda não é clara a magnitude dos efeitos baixistas do redirecionamento de exportações de bens da China para a região. Assim, surpresas baixistas para a inflação, em um contexto de atividade moderada, poderão fazer com que o BCE promova cortes





IPREM

Instituto de Previdência Municipal
de Pouso Alegre-MG

adicionais nos juros da política monetária ao longo do próximo ano. No âmbito doméstico, a atividade econômica mostra sinais incipientes de moderação, enquanto o mercado de trabalho tem se mostrado bastante resiliente. No curto prazo, nota-se desaceleração em alguns setores, principalmente mais intensivos em crédito, em resposta à política monetária em patamar significativamente contracionista. Por outro lado, setores intensivos em renda têm apresentado com uma perspectiva mais favorável devido ao mercado de trabalho ainda robusto. Para 2026, projetamos desaceleração do crescimento econômico, com o PIB apresentando expansão de 1,8% ante 2,3% do ano anterior. Em que pese o nível elevado da taxa básica de juros, algumas medidas expansionistas do governo devem atuar para conter, ao menos parcialmente, esse processo de desaceleração. Entre os destaques estão a Reforma do Imposto de Renda, que eleva a isenção para trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil, a ampliação dos programas Gás do Povo e da Tarifa Social de Energia Elétrica; a expansão de recursos para financiamentos imobiliários e a liberação do compulsório para habitação. Entre os setores, a perspectiva é de que a indústria continue mostrando crescimento pouco expressivo. Em relação ao PIB do setor agropecuário, a expectativa é de um desempenho positivo também no próximo ano, mas inferior ao observado em 2025, ano em que a safra mostrou uma excelente recuperação em relação ao ano anterior, com contribuição do clima neutro. Para 2026, a expectativa é de manifestação do La Niña que, se confirmado, pode prejudicar a produção de algumas culturas. Entretanto, como espera-se um fenômeno curto e de baixa intensidade, a expectativa é de impactos limitados sobre a produção. Por fim, vale ressaltar que isso também resultará em clima mais seco no sul e no sudeste do país, o que pode elevar o custo da energia elétrica por meio do acionamento de bandeiras tarifárias. Ainda pelo lado da oferta, o setor de serviços deve continuar se beneficiando do mercado de trabalho ainda apertado, que deverá manter o crescimento da renda real dos trabalhadores. Esse movimento pode ser reforçado pela redução da tributação sobre o extrato de renda mais baixa, que possuem maior propensão marginal a consumir. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias seguirá tendo contribuição importante para o crescimento, enquanto o consumo do Governo também tende a se recuperar, elevando o impulso fiscal no início do próximo ano. Os investimentos podem mostrar alguma moderação devido às incertezas relacionadas ao resultado das eleições presidenciais, enquanto o setor externo deverá ser um vetor menos contracionista que o observado ao longo de 2025. Apesar de os riscos para o crescimento de 2026 serem no sentido altista, cabe reforçar que há desafios relevantes para a manutenção de um quadro favorável de crescimento no médio prazo, especialmente por conta de um contexto desafiador caracterizado por pressões inflacionárias persistentes e perspectiva e manutenção da política monetária em níveis ainda restritivos. Para 2027, esperamos que o crescimento do PIB seja de 2,0%, voltando a mostrar ritmo próximo ao seu crescimento potencial. No que diz respeito à dinâmica dos preços, a conjuntura será marcada por certa redução das pressões inflacionárias, acompanhando a perspectiva de desaceleração moderada do ritmo de atividade. Apesar disso, ainda há relevante incerteza em relação ao ritmo de desinflação. Por um lado, temos a contribuição de uma taxa de câmbio em relação ao dólar que deve se manter em patamar relativamente apreciado para os padrões recentes e da elevada oferta interna sobre os preços dos bens, tanto industrializados como alimentos. Por outro lado, temos a inflação de serviços resiliente, como reflexo do mercado de trabalho aquecido. Dessa maneira, o IPCA deverá desacelerar de 4,5% em 2025 para 4,2% em 2026, em função da política monetária contracionista, entretanto, a inflação ainda seguirá acima da meta de 3% no período. Essa desaceleração, porém, deve ser mais intensa nos preços administrados, pela redução do IPVA no estado do Paraná e pela expectativa de redução da bandeira tarifária (amarela em dez/25 e verde em dez/26). Já nos preços livres, a desaceleração deve ser bastante moderada, com a inflação de alimentos acelerando em relação ao ano anterior, uma vez que teremos uma safra ainda positiva, mas inferior à de 2025. Para os preços industriais, em que pese esses já se encontrem em patamar mais baixo, há espaço para uma desaceleração marginal. Em serviços, o quadro de resiliência do mercado de trabalho deve se manter, o que contém, em alguma medida, o processo de desinflação. Para os anos seguintes o processo de desinflação deverá seguir, mas ainda não conseguimos visualizar, em nosso horizonte de projeções, uma convergência estrita para o objetivo do Banco Central do Brasil (BCB). No âmbito da política fiscal, o Poder Executivo encontra dificuldades para expandir suas políticas públicas dentro do orçamento federal, em função dos limites impostos pelo arcabouço fiscal e por



IPREM
Instituto de Previdência Municipal
de Pouso Alegre-MG

disputas políticas no Congresso Nacional, aprofundadas pela aproximação das eleições. As dificuldades enfrentadas pelo Executivo no Congresso também se refletem na aprovação das medidas necessárias para viabilizar o fechamento do Orçamento de 2026, o que pode impactar na viabilidade da meta de resultado primário do próximo ano. Apesar da limitação orçamentária, o Executivo dá sinais de que deverá empreender a continuidade do expansionismo fiscal e para-fiscal, por meio de medidas creditícias, regulatórias, isenção de imposto de renda e do calendário de pagamento de precatórios e do 13º do INSS, o que pode impactar a dinâmica da atividade e da inflação, especialmente no primeiro semestre do próximo ano. Para 2026, estimamos que um resultado primário do Governo Central de 0,6% do PIB, abaixo do piso da banda da meta de resultado primário de aproximadamente -0,5% do PIB, com suas devidas exceções. Apesar de a projeção indicar o descumprimento da meta, cabe ressaltar que o cumprimento da meta é provável, condicionado a um pequeno esforço fiscal de aproximadamente 0,1% PIB. Nesse contexto, a dívida pública (DBGG) deve avançar de 79% do PIB em 2025 para 84% do PIB ao final de 2026, em função do déficit primário do Governo Geral, do crescimento modesto do PIB e do nível de juros elevados por período bastante prolongado. Após um ano de 2025 no qual a política monetária foi continuamente ajustada de maneira a promover o grau de contração necessário para debelar o processo inflacionário e de deterioração das expectativas de inflação, entendemos que o ano de 2026 poderá permitir o início de um processo de ajuste da taxa de juros básica. Essa perspectiva está relacionada a elevada taxa de juros reais, que promoverá a continuidade da acomodação tanto da atividade econômica quanto da dinâmica do nível de preços. Em nosso cenário base, esperamos que a Selic comece a ser reduzida no 2º trimestre de 2026, mais especificamente na reunião de abril, ao ritmo de 50 pontos base. Esperamos que o ciclo de flexibilização mantenha este ritmo nas reuniões subsequentes, com o orçamento de cortes totalizando 300 pontos base, o que levaria a taxa Selic de 15% para 12% a.a. ao final do próximo ano. Apesar de esperarmos um ciclo de cortes relativamente extenso, avaliamos que este será interrompido com juros reais ainda em patamar contracionista. Isso se dará em função do comportamento da inflação, que deverá desacelerar, mas permanecerá acima das metas estabelecidas. Além disso, a dinâmica do câmbio, que teve papel fundamental no processo de desinflação observado em 2025, e do mercado de trabalho, serão fundamentais para corroborar o nosso cenário. Nesse momento entendemos que existem riscos em ambas as direções, motivo pelo qual não temos viés para o nosso cenário base.

Quanto ao item 4: Foram sugeridas as seguintes movimentações: **resgate** de 3 milhões do fundo “Caixa Brasil Renda Fixa Referenciado DI LP” para **aplicação** no fundo “Caixa Brasil Gestão Estratégica RF”. **Justificativa:** A movimentação se justifica para reduzir a volatilidade da carteira e aumentar a segurança dos investimentos pois o fundo no qual os recursos foram aplicados tem investimentos apenas em títulos públicos, e o fundo tem gestão ativa e as movimentações dos recursos é mais rápida, podendo melhorar o aproveitamento de janelas de oportunidades para aplicações mais rentáveis. **Análise dos riscos.** A operação de resgatar recursos de um fundo de renda fixa com crédito privado e aplicá-los em um fundo de renda fixa com títulos públicos implica uma mudança relevante no perfil de risco, reduzindo o risco de crédito e a exposição a eventos sistêmicos associados à inadimplência e à iliquidez do mercado privado, mas mantendo o risco de mercado decorrente das oscilações das taxas de juros e da marcação a mercado dos títulos públicos. Permanecem ainda riscos jurídicos relacionados a regras de resgate, liquidação e eventuais mudanças regulatórias, bem como riscos operacionais ligados à execução da transação, como falhas de processamento, prazos de liquidação distintos e dependência dos prestadores de serviço dos fundos. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** No mês de dezembro o Instituto receberá R\$ 148.087,62 de COMPREV. O valor será aplicado no fundo “Itau Referenciado DI” para pagamento de encargos de folha. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Por fim, registra-se que, em 4 de dezembro, foi encaminhado ao IPREM Fato Relevante referente ao Fundo de Investimento em Renda Fixa “Barcelona”. No referido documento, informa-se a ocorrência de precificação negativa de 71,06% no fundo. Segundo esclarecimentos prestados pela gestora, o perito judicial responsável pelo levantamento dos ativos, compostos por precatórios, teria cometido equívoco na precificação inicialmente adotada, sendo posteriormente alterado o valor dos ativos com precificação inferior, o que motivou a revisão dos cálculos. A



IPREM

Instituto de Previdência Municipal
de Pouso Alegre-MG

gestora ainda informa, em relatório, que a referida precificação encontra-se em discussão na esfera judicial. (Processo nº 0008814-81.2022.8.26.0405 em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Osasco do Estado de São Paulo)

Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 16h30min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente

André Albuquerque
Membro

Eugênio Mozart
Membro

Evelyn de Sousa Faria
Membro